

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

CONSTRUÇÃO DE COBERTURA E INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO NA QUADRA DA PRAÇA DO BAIRRO CIDADE DO SOL

Informações da unidade requisitante	
UG Requisitante: Secretaria de Esporte e Lazer	Setor Requisitante: Gabinete
Responsável pela demanda: Wellison Valverde Ferigatto	
Cargo: Gerente do Departamento de Promoção da Saúde, do Lazer e da Iniciação Esportiva	

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL
<p>Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público:</p> <p>A necessidade da execução da cobertura e iluminação da quadra se justifica pelo benefício que esta estrutura ocasionará à sociedade local, beneficiando a prática de exercícios físicos, diminuindo o sedentarismo, melhorando a saúde física e mental dos usuários da quadra. Vale destacar que a cobertura vai amenizar a exposição da comunidade aos raios solares. Com o calor excessivo que tem se apresentado a cada dia, os usuários sofrem muito com a quadra descoberta. Além disso, em dias de chuva o espaço se torna inutilizável. A iluminação viabilizará a utilização desse espaço no período noturno. Dando acesso a esse equipamento de esporte e lazer às pessoas que trabalham no período diurno. Vale pontuar que a quadra da praça do bairro é o único espaço destinado à prática de esporte e lazer daquela comunidade e é de primordial importância a preservação desse espaço.</p> <p>(Extraído do DFD constante no Processo Administrativo 7.797/2024, despacho inaugural)</p>
<p>Estimativas das quantidades a serem potencialmente contratadas e requisitos da contratação:</p> <p>Busca-se a contratação de empresa para realização do serviço de cobertura e iluminação de quadra.</p> <p>(Extraído do DFD constante no Processo Administrativo 7.797/2024, despacho inaugural)</p>

ANÁLISE DE SOLUÇÕES

Levantamento de mercado:

Para a solução da demanda foram identificadas três alternativas: o aluguel de um espaço em iguais condições para o fim a que se destina o objeto em tela, a construção de um novo equipamento com a mesma finalidade e a contratação de empresa especializada para construção necessária à adequação do espaço público em comento.

Após análise do corpo técnico, concluiu-se que a primeira alternativa não atende os interesses da Administração, bem como não é viável pelo dispêndio de recurso público sem retorno para a sociedade, não caracterizando propriamente um investimento deste recurso, mas sim um gasto.

Ao analisar a segunda alternativa, qual seja a construção de um novo equipamento público, percebeu-se que esta não é viável de igual modo à primeira, tendo em vista, por exemplo, que não há um terreno em iguais condições na região onde está localizado este em comento, acarretando em prejuízo aos moradores desta localidade, bem como o investimento que seria necessário para desapropriação de alguma propriedade particular, haja vista não ter próprio municipal condizente nesta região.

Por outro lado, a terceira alternativa, sendo a contratação de empresa de engenharia para construção e adequação, mostrou-se benéfica, pois pode atender o objetivo descrito pela Unidade Requisitante de forma mais econômica e célere para a Administração. Desta forma, a opção que melhor atende é a terceira, que garante o melhor uso do espaço público já existente e de responsabilidade da Prefeitura de Juiz de Fora e, ainda, a garante a aplicação do princípio da economicidade.

Para melhor análise sobre as opções disponíveis para a solução do problema, foi elaborada uma planilha simplificada que traz os principais pontos de cada alternativa, a saber:

ALTERNATIVAS	VANTAGENS	DESVANTAGENS
1ª - Aluguel	Pronto uso pelos moradores locais.	Oneroso, sem viabilidade na região e sem retorno de investimento.
2ª - Construção do mesmo objeto em outro espaço	Novo espaço para a prática de esportes.	Inviabilidade deste novo espaço na região em que está localizado o anterior, retirando o pleno uso dos moradores locais a que se destina este espaço.
3ª - Construção/ adequação	Celeridade e economia.	Inutilização do espaço em comento durante o período de obra.

Como é possível identificar na planilha acima, os benefícios da contratação de empresa para construção/ adequação se sobressai em relação às demais opções, enquanto a desvantagem traz menores impactos negativos para a administração, fazendo desta a melhor alternativa.

Estimativa do valor da contratação:

O valor estimado da contratação é de **R\$524.345,00 (quinhentos e vinte e quatro mil trezentos e quarenta e cinco reais)** conforme Orçamento Referencial, que teve como referência as tabelas referenciais SINAPI 08/2024 e SETOP 04/2024, calculado com base nos valores do sistema (SINAPI/SETOP) desonerada, para o Estado de Minas Gerais, além de pesquisa de preços dos itens que não possuem tabela referencial.

Escolha da solução:

A presente demanda tem por finalidade a contratação de empresa especializada em obras de engenharia, arquitetura e urbanismo, para execução de construção de cobertura e instalação de iluminação na quadra da praça do bairro Cidade do Sol. Esta foi definida, pois, foi identificada a ausência para sua utilização principal: a prática de esporte e lazer.

Dos objetivos do projeto, visou-se a construção e instalação, seguindo o padrão de projetos elaborados por empresa contratada anteriormente e, portanto, a escolha da solução foi realizada a partir dos estudos realizados no local, visando a viabilidade da execução dos projetos arquitetônicos e executivos.

Benefícios a serem alcançados com a contratação:

Nos dias atuais, a procura pela qualidade de vida tem aumentado grandiosamente pela sociedade, sendo assim, muitos escolhem a prática de esportes como atividade favorita, muitas dessas atividades são realizadas em parques, praças e quadras poliesportivas, proporcionando aos usuários dessas estruturas o desenvolvimento esportivo e social, além de uma vida mais saudável.

Assim podemos listar como benefícios a serem alcançados com a cobertura da quadra:

- Aproximadamente 12 mil pessoas que vivem no entorno serão beneficiadas;
- Oferecer um espaço adequado às práticas de atividades esportivas, recreativas e sociais para toda comunidade;
- A possibilidade de realizar várias ações esportivas, recreativas e sociais independente da condição climática, seja muito sol ou chuva;
- Atender toda a comunidade nas suas diversas faixas etárias;
- Atender a comunidade em todos os turnos seja matutino, vespertino ou noturno, através de eventos esportivos, recreativos e sociais durante a semana e aos finais de semana;
- Equipamento adequado à prática de diversas modalidades esportivas, recreativas e sociais. Essas práticas são fortes ferramentas de transformação social;
- Viabilidade de implantação de projetos sociais, esportivos, de atividades físicas e de lazer;
- Melhora a imagem do bairro e da cidade. Espaços esportivos e de lazer, quando melhorados, proporcionam para a comunidade local o sentimento de pertencimento, de valorização, de respeito e importância com a comunidade. Valoriza o bairro e permite que todos usem o espaço com mais



zelo e cuidado. O ambiente se torna frequentado pelas famílias e seus filhos o que promove uma melhor convivência social do bairro entre os seus;

- A quadra coberta tem sua vida útil prolongada, necessitando de manutenção e reparo com menos frequência;

- Melhoria da saúde e do bem estar dos usuários que passam a realizar as atividades propostas nesse espaço esportivo-social;

- Melhoria da qualidade de vida da comunidade pertencente e entorno, reduzindo assim a vulnerabilidade social da região;

(Extraído do Processo Administrativo 7.797/2024, anexo ao Despacho 18)

Titularidade

Apresentação da documentação e titularidade da área que sofrerá intervenção:

Trata-se de obra em espaço público, conforme titularidade atestada em Cartório de Registro de Imóveis, constante do Despacho 18- 7.797/2024.

Para a execução do objeto se faz necessário aprovação de órgãos de Patrimônio Histórico? Quais?

Não é aplicável.

DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Descrição da solução como um todo:

O detalhamento completo da solução a ser utilizada encontra-se nos projetos de engenharia que compõem o Termo de Referência.

Contratações correlatas e/ou interdependentes:

Não há contratação correlata.

Providências a serem adotadas:

- Aprovação da despesa no Comitê Gestor de Convênios e Contratos;
- Necessidade de fiscalização técnica durante a execução dos serviços;
- Necessidade de fiscalização administrativa;



- Envio recorrente de informações para o TCEMG, por meio do SISOP;
- Prestação de contas do uso do recurso.

Licenciamento Ambiental:

Os serviços a serem realizados não se enquadram no anexo único da Deliberação Normativa (DN) COPAM nº 217/2017, portanto, não são passíveis de licenciamento ambiental, cabendo apenas a emissão de declaração junto ao órgão licenciador. Adicionalmente, considerando que a intervenção não está locada em faixa marginal de curso d'água, não é passível de autorização de intervenção em Área de Preservação Permanente (APP) ou de outorga junto ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas.

Caso haja a necessidade de remoção de indivíduos arbóreos, a mesma deverá ser informada e solicitada previamente, podendo ser exigida plantios compensatórios, a critério do órgão competente.

Quanto aos possíveis impactos ambientais da intervenção, destacam-se:

- Geração de resíduos sólidos provenientes das atividades executadas pelos trabalhadores durante as obras e pela população durante o uso do espaço após a conclusão da obra.
- Aumento no nível de poeira e ruídos nos locais próximos às obras devido à movimentação de maquinários.
- Geração de efluentes líquidos provenientes dos banheiros instalados durante a execução da obra.

(Extraído do Processo Administrativo 7.797/2024 – Despacho 13)

Orçamentário Financeiro

UG:

031.100

Plano de Trabalho:

27.812.0006.2073.0000

Natureza de Despesa:

4.4.90.51

Fonte Orçamentária:

1500009004

Alinhamento entre a contratação e o Planejamento da Administração:

Considerando a fase de transição para a nova Lei de Licitações (Lei no 14.133/2021), não houve ainda a formatação do Plano Anual de Contratação e portanto, não há previsão neste documento.

Contudo, a Ação está prevista no PPA: 031100.27.812.0006.2073.0000

(Extraído do DFD constante no Processo Administrativo 7.797/2024, despacho inaugural)

LICITAÇÃO

Justificativa para o parcelamento, ou não, da contratação:

Em atenção ao art. 40 da Lei 14.133/2021, os parágrafos 1º, 2º e 3º descrevem a possibilidade ou não do parcelamento da compra e, deste modo, visando garantir a maior competitividade, não será adotado o parcelamento da compra, tendo em vista a natureza do objeto e a plena possibilidade de fornecedor único para todos os componentes e serviços necessários.

Requisitos de habilitação técnica:

Os requisitos de habilitação técnica constam em documento próprio, anexo ao Termo de Referência.

Modalidade de Licitação:

Art. 28. São modalidades de licitação:

I - pregão;

II - concorrência;

III - concurso;

IV - leilão;

V - diálogo competitivo.

Diferentemente da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a nova Lei de Licitações não atrela a modalidade ao valor estimado da contratação. Portanto, faz-se necessária a análise das características de cada modalidade indicada.

Observando os Artigos 29, 30, 31 e 32 da Lei nº 14.133/2021, conclui-se que a única modalidade que se encaixa no objeto a ser contratado é a **Concorrência Eletrônica**, pois as demais modalidades não podem ser utilizadas ou não se aplicam para a execução de obra de engenharia com as características da obra de construção de cobertura e instalação de iluminação na quadra da praça do bairro Cidade do Sol.

“Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei ,adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei. 5.4.4.”

Esta alternativa mostra-se viável do ponto de vista técnico e gerencial do contrato, além de ser a solução que melhor atende aos interesses da Administração.

Regime de Execução:

Art. 46. Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes:

I - empreitada por preço unitário;

II - empreitada por preço global;

III - empreitada integral;



- IV - contratação por tarefa;
- V - contratação integrada;
- VI - contratação semi-integrada;
- VII - fornecimento e prestação de serviço associado.

Considerando que, a definição da escolha do tipo de empreitada está diretamente relacionada à capacidade da Administração em definir, com precisão, a dimensão do objeto da contratação, visto que a mesma pode impactar diretamente a execução e, ainda, a natureza da obra, que trata-se de reforma, que por si só já agrega um grau de incerteza maior, visto que pode-se, durante a execução, deparar com serviços não passíveis de serem previstos na fase de projeto.

Nesse sentido, sabendo que o Preço Unitário permite a administração estimar um padrão de medida para cada item, com quantidade limitada e valor certo estabelecidos em contrato, entende-se que, para fins de aferição do valor a ser pago, será considerada a medição verificada e aprovada do serviço executado pela contratada.

Conclui-se, portanto, que, para esta obra o regime de execução mais vantajoso para a administração pública é o de **empreitada por preço unitário**.

Do critério de julgamento:

Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:

I - menor preço;

II - maior desconto;

III - melhor técnica ou conteúdo artístico;

IV - técnica e preço;

V - maior lance, no caso de leilão;

VI - maior retorno econômico.

Art. 34. O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.

Tendo em vista a modalidade de Concorrência Eletrônica, bem como o caráter do objeto licitado, será adotado o critério de julgamento como **maior desconto**.

Do modo de disputa:

Art. 56. O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

I - aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes;

II - fechado, hipótese em que as propostas permanecerão em sigilo até a data e hora designadas para sua divulgação.

§ 1º A utilização isolada do modo de disputa fechado será vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto.

§ 2º A utilização do modo de disputa aberto será vedada quando adotado o critério de julgamento de técnica e preço.



§ 3º Serão considerados intermediários os lances:

- I - iguais ou inferiores ao maior já ofertado, quando adotado o critério de julgamento de maior lance;
- II - iguais ou superiores ao menor já ofertado, quando adotados os demais critérios de julgamento.

§ 4º Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações.

§ 5º Nas licitações de obras ou serviços de engenharia, após o julgamento, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

Haja vista a adoção da Concorrência Eletrônica, bem como o caráter de maior desconto, será adotado o modo de **disputa aberto**, a fim de viabilizar a possibilidade de disputa entre as sociedades empresárias.

Da participação de consórcios

Verifica-se que não é justificável a participação de consórcios, em razão da natureza e dimensão do objeto.

Indicação dos profissionais responsáveis pelo acompanhamento da licitação

Secretaria de Obras:

Titular: Bruna Ferreira da Rocha

Suplente: Cássia Cristina de Souza

No caso de necessidade de instituição de comissão de contratação, conforme Art. 7º da Lei 14133/21, a mesma deverá ser composta (de forma técnica) pelos 2 membros indicados da Secretaria de Obras e pelo titular da Secretaria demandante.

POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Após a análise do problema e da medida elaborada para solucioná-lo, conclui-se pela viabilidade da contratação nos moldes deste ETP.

Considerando o objetivo a ser alcançado, a previsão orçamentária para as intervenções e a análise das questões técnicas administrativas e de engenharia, o interesse da administração pública estará protegido.

Por oportuno, insta mencionar que o planejamento desta contratação foi iniciado em 20/05/2024, sendo consolidado, por fim, na presente data.

Responsáveis:



SECRETARIA DE OBRAS

Responsável pela consolidação das informações do ETP:

Nome: Bruno Neves Matos

Cargo: Assessor do Departamento de Planejamento de Obras Públicas

Responsável pela conferência do ETP

Nome: Juliana Guarinello dos Santos

Cargo: Gerente do Departamento de Gestão de Contratos e Convênios de Obras Públicas

Indicação do servidor que irá compor a equipe de planejamento da contratação:

Nome: Wellison Valverde Ferigatto

Cargo: Gerente do Departamento de Promoção da Saúde, do Lazer e da Iniciação Esportiva.

E-mail: wellison@pjf.mg.gov.br

Telefone: (32) 99106-2587/ 3690-7856



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 88C0-E194-70F9-CCA0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



BRUNO NEVES MATOS (CPF 131.XXX.XXX-79) em 29/10/2024 16:53:17 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



JULIANA GUARINELLO DOS SANTOS (CPF 809.XXX.XXX-53) em 29/10/2024 16:58:56 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/88C0-E194-70F9-CCA0>